Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 15 de dezembro de 2016

Ata N.º 29

No dia quinze de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento – Ratificação de parecer;

PONTO DOIS – Criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento: emissão de parecer sobre a criação do sistema, bem como sobre o acordo parassocial;

PONTO TRÊS – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação. Requerente: Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela. Processo n.º E-513/92. Local: Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Paulo Jorge Contente Cabica;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sra. Carina Sofia Tomé de Matos.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;

- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU**, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo justificou ausência à sessão fazendo-se substituir pela **Sra. Carina Sofia Tomé de Matos**, Secretária da Junta, que não compareceu.
- **Sr. Fernando António Figueira Baião da CDU**, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela justificou ausência à sessão, por motivo de realização de sessão da Assembleia de Freguesia, fazendo-se substituir pelo **Sr. Paulo Jorge Contente Cabica**, Secretário da Junta, que se encontrava presente.
- **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU,** apresentou pedido de renúncia ao mandato, por afastamento permanente da área da autarquia por motivos profissionais, a partir de 09 de dezembro de 2016, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora vago será ocupado pelo **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossada no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos dar início à nossa sessão com a apresentação do ponto um e eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer introduzir o tema."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Muito boa noite a todas e a todos, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Jornalistas e Trabalhadoras e Trabalhadores do Município que nos acompanham.

Eu permitia-me, se V.Exa. estivesse de acordo, apresentar os pontos um e dois propondo, naturalmente, que houvesse uma votação em separado."

PONTO UM – Criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento – Ratificação de parecer

PONTO DOIS – Criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento: emissão de parecer sobre a criação do sistema, bem como sobre o acordo parassocial

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O ponto um decorre, de facto, de uma necessidade de responder atempadamente a um pedido de parecer, que estava na génese do processo que depois vai desaguar, para utilizar a linguagem adequada, não só a água que corre hoje mas também aos sistemas de saneamento do ponto dois. O Sr. Secretário de Estado do Ambiente tinha-nos solicitado que emitíssemos parecer sobre a criação do sistema, também a própria Associação Nacional de Municípios (ANMP) e outras instâncias.

Para fazer chegar o parecer atempadamente tive de fazer o mesmo e levá-lo posteriormente aos órgãos, nomeadamente à Câmara Municipal e trazê-lo aqui ao órgão deliberativo.

De grosso modo, visa a criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento e saneamento de Lisboa e Vale do Tejo mas, na prática, não é propriamente um novo sistema é o retomar de um sistema que havia sido extinto e forçado a ser fundido num processo das Águas de Lisboa e Vale do Tejo que começa aqui em Setúbal e vai até à Guarda e às Águas do Zêzere.

Desde o início que nos tínhamos oposto à fusão e, portanto, o parecer é que não nos opomos à cisão que é voltar a haver sistemas que saem das atuais Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Há um sistema que vai sair que fica mais na zona do oeste e Área Metropolitana de Lisboa nos concelhos a norte e depois aqui, na prática, a replicação do sistema que correspondia à SIMARSUL.

Entretanto reafirmámos alguns aspetos mais de natureza política e que é sempre bom aqui recordá-los e por isso eu faço questão também de recordar grande parte dos considerandos que estão na proposta do ponto número dois.

É que os municípios desde o início nesta zona, na Península de Setúbal, se opuseram mesmo à criação de um sistema multimunicipal, eram adeptos de um sistema intermunicipal e foi nesse sistema que trabalharam e quando se preparavam para candidatar a fundos comunitários o sistema intermunicipal eis que houve alteração de regras, pelo Governo na altura e por negociações que teve com a União Europeia, e que forçou os municípios a entrarem num sistema multimunicipal ficando em minoria, com quarenta e nove por cento do capital social, e assumindo o Estado Português através do EGF – Grupo Águas de Portugal os cinquenta e um por cento.

Neste momento, e já agora, quanto ao modelo dizer que, apesar de estarmos de acordo e propomos que manifestemos esse acordo há cisão e à reconstituição da SIMARSUL, ainda assim é nosso desígnio que esse sistema venha a avançar para um sistema de parceria pública/pública, ou seja, em que o Estado Central tenha cinquenta por cento e os municípios cinquenta por cento no mínimo.

Não temos ainda essa garantia, mas também devo dizer já no início da apresentação destes tópicos que nós hoje também vamos emitir parecer sobre o Acordo Parassocial mas devo dizer-vos, com toda a honestidade, que a última versão do Acordo Parassocial ainda pode não vir a ser esta, não é quanto ao conteúdo mas sobretudo quanto a aspetos formais, mas que já há aqui avanços muito significativos. Desde logo a possibilidade dos municípios, caso o grupo Águas de Portugal – EGF entenda alienar, privatizar ou ceder posição, terem preferência na compra duma percentagem de ações que lhes permite deter a posição maioritária, não é, isto é uma guerra de há longos anos mas que, felizmente, neste novo quadro político houve consenso e abertura, do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado, para o efeito.

Depois outro aspeto muito importante no Acordo Parassocial diz respeito à composição do Conselho de Administração, como outrora já acontecia com representantes nomeados também pelos municípios, mas em matérias que também estão aí escalpelizadas e que são determinantes, entrada de novos municípios ou saída, receção de efluentes de outros municípios, ou de outros territórios, que não integrem o sistema, etc., etc., que se possa ter que recorrer a uma maioria de quatro elementos em cinco, como se costuma dizer

uma maioria mais que qualificada. Isto do ponto de vista do conforto para a posição política dos municípios é um avanço que queremos aqui saudar de grande abertura por parte do Sr. Secretário de Estado.

Depois, nós estamos de acordo e já não vou tanto repisar porque é conhecido porque é que estamos de acordo com o regresso à SIMARSUL. É porque apesar de continuarmos com os quarenta e nove por cento, ainda assim, os municípios conseguem mais de perto influenciar as grandes decisões estratégicas do sistema desde logo no próprio plano de investimentos. Eu quero aqui recordar às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que num ano e tal de Águas de Lisboa e Vale do Tejo nunca fomos chamados a pronunciarmo-nos, nem sequer foi criado órgão para o efeito, para discutir e aprovar plano de investimentos do sistema o que acontecia nas assembleias gerais da SIMARSUL. Isso desapareceu pura e simplesmente, foi criado um Conselho Consultivo mas que nunca tinha em cima da mesa questões desta natureza.

Depois nesta nossa posição, e não é de somenos recordá-lo, nós continuamos a dizer que vamos de novo para a SIMARSUL correndo riscos até de poder haver alterações tarifárias, e os estudos apontam para a necessidade de afinações aliás já apontavam mesmo antes destas questões todas, e há aqui uma questão que tem estado a influenciar negativamente este sistema sendo que ele comparado com outros é considerado um bom sistema e é por isso que ia para a fusão que é para compensar financeiramente os outros, porque esta ideia da fusão era aquela lógica da solidariedade, do país, de regiões que têm mais gente ligada que, enfim, se calhar, teriam que pagar um bocadinho mais para ajudar os outros a pagarem um pouco menos porque eles lá pagam muito mais de tarifa de saneamento do que pagamos cá.

Mas, de facto, nós sempre defendemos politicamente que há outros mecanismos para promover a coesão territorial, nomeadamente aqueles através do Orçamento de Estado, e depois de uma série de anos dizerem que não e que tinha que ser assim afinal também nos deram razão. Há um fundo, que é o fundo ambiental, que vai financiar o sistema dos que ficam, dos que querem ficar no sistema que são sobretudo municípios do centro interior e norte, e eles conseguiram que esse fundo ambiental vá compensar a tarifa para aguentar a tarifa deles até dois mil e vinte.

Pois bem, nós aqui também reclamamos que venha a haver um fundo ambiental para fazer com que nossa tarifa se mantenha estável por duas razões: primeiro porque o Estado Português é responsável pela permanência de duas concessões, o que é ilegal e ilegítimo, dentro da área da SIMARSUL, Setúbal está na SIMARSUL pagou à entrada mas não tem nada feito e não pode estar ligada no sistema e é as Águas do Sado a que Setúbal continua preso. Ainda não houve a coragem política de nenhum Governo o fazer, naturalmente que as Águas do Sado quer ser recompensada neste momento deviam tê-lo feito quando o grupo detentor das Águas do Sado era o mesmo, que era a EGF, agora as Águas do Sado já é de outra empresa, nessa altura mas independentemente do que o fizerem a fazer no futuro o que nós consideramos é que o sistema para estar perfeitamente equilibrado falta-lhe Setúbal e o desequilíbrio que tem é porque Setúbal não está no sistema, então também que haver um mecanismo de financiamento através deste fundo ambiental para compensar eventuais desvios tarifários.

Eu estou também a partilhar com as Sras. e Srs. Membros da Assembleia até já a parte da reflexão que tem sido a tese destes municípios nos fóruns em que temos participado, que em bom rigor a cisão foi votada, como é público desde as televisões aos jornais, no pretérito dia doze, na segunda-feira passada, numa Assembleia Geral na Guarda onde os municípios, os noventa, foram lá dizer de sua justiça e felizmente as decisões foram aceites e agora terá que ser o Sr. Secretário de Estado, e o Sr. Ministro, através do instrumento legislativo a pôr isso na rua, o mais depressa possível em janeiro, e depois aqui um período de transição para voltarmos a ter o sistema.

Mas dizia eu que esta questão é importante para salvaguardar, também, problemas que vínhamos a ter com a tarifa para depois ninguém dizer que: ah, então os senhores quiseram voltar ao sistema mas o sistema não é sustentável sozinho? Não, o sistema é sustentável, os estudos estão feitos até dois mil e quarenta, agora há aqui um esforço que, possivelmente, vai ser solicitado aos municípios, que nós consideramos que é injusto não ser compensado por esse fundo ambiental, por um problema que não forma os municípios que criaram que é o facto de Setúbal não poder estar no sistema. Isto Setúbal não estando no sistema imaginem quantas pessoas, a faturação que Setúbal tem, não pagam saneamento ao sistema. Naturalmente Setúbal também se queixa que ninguém lá fez investimentos ainda.

Já agora para que fiquemos todos informados, se há zonas do nosso concelho que hoje não têm cobertura de emissários e de saneamento, que nós consideramos serem injustiças gritantes pelo facto de serem

aglomerados urbanos em zonas de contínuo urbano, é precisamente a zona da Baixa de Palmela, da Quinta Tomé Dias, Vale de Grou, da Quinta da Glória, enfim, chegámos a ter, inclusivamente, e estão aqui eleitos que acompanham estes órgãos há muito anos em várias funções, investimentos previstos do município em redes em baixa nessas zonas, até cobertos por empréstimo, que foram suspensos por que não íamos fazer porque não tínhamos onde ligar. E não temos onde ligar porquê? Porque toda esta zona vai drenar para Setúbal, para a zona dos emissários que estão em falta de serem realizados por Setúbal e alguns já existem feitos pelas Águas do Sado. Já agora faço aqui uma nota de rodapé, nós não estamos a deixar de falar também com as Águas do Sado para tentar resolver alguns problemas.

Em suma, nós consideramos que com esta abertura para esta medida legislativa, que leva à criação de novo do sistema da SIMARSUL, que é reposta a justiça ainda com alguns avanços que não sendo aqueles que nós considerávamos os ideais são avanços muito significativos e vamos responsavelmente trabalhar para um sistema que sirva as populações, que tenha um tarifário que continue a ser socialmente justo, aliás dos mais competitivos e baratos do país, e que continuemos a poder estender e fazer investimento.

Esqueci-me só de dizer, aquilo que também amiúde costumo dizer, que se há sistemas que mereciam mais apoios dos fundos ambientais para este tipo de regularizações e combate aos desvios tarifários era precisamente o nosso porque os outros dos outros pontos do país que hoje estão com problemas tarifários chegaram a ter financiamentos na ordem dos setenta e oitenta e cinco por cento de fundos comunitários. Nós aqui, porque estamos na Área Metropolitana de Lisboa, nunca fomos além de comparticipações na ordem dos cinquenta por cento.

No atual momento volto a referir, havendo ainda aspetos que achamos que vamos conseguir até nos próximos dias, porque isto até à véspera do Natal se trabalha, continuamos a trabalhar com o Sr. Secretário de Estado e ainda vamos tentar algumas melhorias. O documento final do Acordo Parassocial pode não ser exatamente o que aqui está, mas as grandes medidas já aqui estão plasmadas, mas vamos continuar a pugnar por aquilo que consideramos que é o sistema ideal mas, ainda assim, regressar ao modelo da SIMARSUL, e com estas vantagens e progressos obtidos no Acordo Parassocial, é para já um bom princípio e por isso se propõe que, no caso da ratificação do parecer, seja já a deliberação da Assembleia, o órgão deliberativo por excelência, sobre a criação do sistema e sobre este modelo de Acordo Parassocial consideramos que vale a pena apelar à votação por unanimidade.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte horas e cinquenta e sete minutos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre as duas propostas que estão em apreciação neste momento há intervenções?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia, permita-me cumprimentar na sua pessoa todas e todos os presentes,

Sobre esta matéria vou ser mesmo muito conciso, o PS é totalmente favorável a este novo modelo de sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento e uma vez que o mesmo tem sustentabilidade, como disse o Sr. Presidente, gostaríamos de referir como essenciais os objetivos da melhoria da qualidade dos serviços prestados e também na diminuição, ainda que progressiva, dos preços destes serviços.

Esperamos que tal venha a acontecer e por esse motivo, e porque achamos que daqui vai resultar uma mais-valia inequívoca para as populações, iremos votar favoravelmente as duas propostas.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma Intervenção?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente permita-me, também, cumprimentar todas e todos os presentes.

Eu estive a ouvir com atenção os considerandos do Sr. Presidente em relação a estes dois pontos e permita-me dizer-lhe que acolhemos, no Bloco de Esquerda, com agrado esta reversão do sistema multimunicipal de águas.

Concordo também com o que foi dito pelo Membro da Assembleia Bruno Grazina em relação à melhoria da qualidade do serviço e gostaria, ou é nossa expetativa também, que esta reversão possa, também, fazer descer a tarifa da água aos consumidores do concelho de Palmela.

Uma vez que a CDU tem as Câmaras da maioria dos municípios da região de Setúbal gostaríamos que tanto a parte que compete à Câmara Municipal de Palmela, com os quatro vírgula sessenta e dois por cento, como as restantes Câmaras que englobam este sistema multimunicipal fizessem força para que isso pudesse acontecer.

Deixe-me só acrescentar uma pequena nota, com um cunho mais político, o Primeiro-ministro António Costa disse no sábado passado, numa iniciativa sobre o Poder Local em Coimbra, que o caminho para a descentralização passa por dar ao Poder Local mais poderes e mais intervenção na área da saúde e da educação. Tendo em conta aquilo que está no programa eleitoral do Partido Socialista nós estamos um bocadinho expetantes, e relutantes, em relação àquilo que vem lá. Quanto aos sistemas multimunicipais de água, tratamento de resíduos sólidos urbanos, nós achamos que sim, que é de continuar este caminho para bem das populações.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra a CDU, Sr. Membro António Mestre, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes nesta sessão.

Sobre isto saudar em primeiro lugar o consenso a que foi possível chegar para que esta reversão fosse possível de todas as partes. Saudar, obviamente, a luta também dos municípios da margem sul e deste sistema que sempre se bateram claramente para que esta reversão fosse possível, felizmente, agora, foram encontradas as condições políticas para que isso acontecesse.

Esperemos, efetivamente, que este sistema seja aquilo que nos tinha habituado, um sistema de maior proximidade, um sistema com um nível maior de participação e de decisão das autarquias e obviamente por isso, também, um sistema com uma forte componente mais democrática na aproximação daquilo que são as

necessidades das populações às realidades de gestão de uma empresa que serve a todos e que queremos pública e ao serviço das populações.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, Sr. Membro Carlos Vitorino."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimentando na pessoa da pessoa da Sra. Presidente todos os presentes e pedindo desde já desculpa pelo meu atraso mas o trânsito, de facto, hoje em Lisboa estava caótico, a Teresa Marta ligou-me há pouco porque estava à uma hora e meia parada no eixo, nem norte nem sul aquilo já não é o eixo norte/sul, e não sei se chegará a horas mas eu lá consegui fugir e chegar a horas.

Relativamente ao tema, de facto, é mais uma reversão e nós temos um Governo cujo lema é reverter e vai revertendo e taxando não sei até quando e até onde, vamos ver se todas estas reversões não irão dar mau resultado e se aqueles senhores que nos vimos livres em maio do ano passado qualquer dia não aterram aí outra vez, espero bem que não.

Sobre este tema tenho a dizer que o anterior Governo ao reorganizar o grupo Águas de Portugal tinha os objetivos de assegurar uma maior equidade territorial e coesão social, aumentar a eficiência, garantir a disponibilidade dos meios financeiros para o investimento e garantir a sustentabilidade económica/financeira das entidades.

A verdade é que dezoito sistemas multimunicipais deram lugar a cinco sistemas, sem perda de qualidade do serviço prestado, com maior sustentabilidade, com redução do número de administradores e diretores e sem perca de postos de trabalho. Hoje vamos aumentar, novamente, os cargos de direção, os cargos de administração e a verdade é que os preços, ao contrário do que muitos diziam, nalguns casos baixaram.

Aquilo que nós temos a dizer é que nem sequer se esperou pelos resultados da reorganização, não se esperou e vamos reverter antes de ver se estava ou não sustentávelmente a dar bons resultados. A nossa posição não é, obviamente, favorável a mais esta reversão daí que o nosso voto seja contra.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Voltou a pedir a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério, por favor".

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos.

Sra. Presidente, apresento-lhe os meus cumprimentos bem como aos respetivos elementos dessa Mesa. Os meus cumprimentos às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores que hoje nos honram todos com a vossa presença. Quero também dirigir os cumprimentos ao Membros desta Assembleia, aos Técnicos da Câmara hoje aqui presentes, e à Comunicação Social."

Pedi-lhe a palavra, Sra. Presidente, para dizer de uma forma simples e muito rapidamente a razão porque estamos aqui hoje a votar estas duas propostas de Parecer no primeiro ponto e a segunda.

A restruturação do anterior Governo na águas em Portugal não levou em consideração, quando foi tomada, que Portugal votou a favor da Resolução das Nações Unidas e está obrigada, enquanto membro desta, a

respeitar, proteger e efetivar de todos à água. Devo lembrar, ao contrário do que diz o Sr. Presidente da Câmara, que não foram os membros da Troika que exigiram ao Governo Passos/Portas que fizesse esta destruturação que eles sabem que, de facto, há esta resolução aprovada, também, e aceite por Portugal.

Também esta reestruturação foi feita sem ouvir os municípios e os seus respetivos órgãos que têm as suas atribuições e competências democráticas, e por isso Passos e Paulo Portas não sabiam o que era isso, neste setor crítico e essencial para a qualidade de vida e para o bem-estar dos cidadãos. Aquela reestruturação foi feita em nome do combate às assimetrias regionais, foi isso que eles apresentaram à Troika que era feita para combater essas assimetrias regionais do nosso País, mas o que se viu foi que transformaram a água e o saneamento, que são um direito humano e que constitui serviços públicos essenciais a que todos os cidadãos devem ter acesso, numa mercadoria sujeitos a uma lógica de mercado, foi essa a intenção do PSD/CDS.

O anterior Governo nunca se preocupou verdadeiramente com incentivos ao interior do País, esta nova reestruturação que vai ser feita a partir da aprovação dos municípios, como estamos aqui a fazer hoje, com um novo decreto-lei a designar por sistema vem defender a natureza pública, e de serviço público, dos sistemas multimunicipais do setor das águas em nome do interesse público, da garantia dos serviços públicos básicos e essenciais e da sustentabilidade da proteção ambiental e do bem-estar e da qualidade de vida das populações.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada, também.

Srs. Membros da Assembleia mais alguma intervenção?

Tem a palavra novamente o PSD/CDS, Sra. Membro Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Como estamos a discutir os dois pontos, relativamente ao Acordo Parassocial o Sr. Presidente veio dizer que não será a versão final pelo que não votaremos favoravelmente e consequentemente, também, este Acordo.

Para além de que, quero aqui frisar, pegando nas palavras do Sr. Presidente, mesmo quando existia a SIMARSUL, e durante esses anos todos, esses bairros do concelho que não têm saneamento básico estou em crer então que o Município não conseguiu exercer a sua boa influência para que esses problemas fossem em tempo resolvidos. Não votando favoravelmente estamos aqui a instar V.Exa. para que esses problemas, aquando da criação deste novo órgão, desta nova empresa, resolva então rapidamente esses problemas.

É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção, Srs. Membros da Assembleia?

Não havendo, pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, muito obrigado.

Mais alguma de enquadramento e de esclarecimento, desde logo nós falamos em águas mas estamos aqui a falar do tratamento de águas de saneamento, os efluentes.

Depois dizer que a tarifa não vai baixar, estou a falar da tarifa para os municípios, somos nós que a pagamos e a forma como a repercutimos na fatura dos nossos consumidores, como temos sustentado e

defendido no órgão Câmara quando fazemos atualizações das tarifas, há uma parte substancial, porque nós temos estudos que indicam onde é que somos deficitários ou não, em que se nota uma compensação do próprio Orçamento municipal para não imputar os custos totais do sistema ao consumidor. Se imputarmos os custos totais do funcionamento do sistema ao consumidor, na lógica neoliberal que levou à fusão, é evidente que a água e o seu tratamento qualquer dia são mais caros do que o melhor vinho de Palmela. A tarifa vai subir ligeiramente, mas para já está estabilizada em dois mil e dezassete/dois mil e dezoito, agora aquilo que nós defendemos é que a tarifa para se manter e não vir a aumentar, e atenção que a entidade reguladora também fixa as tarifas e qualquer novo investimento vai à tarifa também é bom a gente pensar nisto não é só aqui fazer política, vamos todos defender baixar porque é populismo e tal, não, não, é que se nós fazemos mais investimento, o investimento vai obrigatoriamente à fórmula que conduz à tarifa, atenção. Mas nós estamos dispostos a que vale a pena quando se estende rede e se faz investimento termos a previsão de termos mais pessoas ligadas e de ter mais pessoas a pagar. É esta a lógica do sistema e isto não foi inventado por nenhuma autarquia da cor política A, B ou C, atenção é preciso conhecer este aspeto também tecnicamente.

Aliás há até algumas afirmações contraditórias, o Ministro Eduardo Cabrita dizia ontem que para aquilo que há a fazer na remodelação das redes de água preparem-se porque as tarifas vão aumentar e as pessoas vão ter que pagar mais, era o que vinha nos jornais ontem. Isto requereria agora aqui outra explicação, mas em certa medida é assim, porque se houver mais investimento e não houver mais pessoas ligadas o investimento vai à tarifa. Agora como é que se pode baixar a tarifa? Pode-se baixar a tarifa como se faz noutros sistemas com indemnizações compensatórias, nomeadamente o fundo ambiental. Nós pagamos na nossa fatura lá umas percentagenzinhas para o fundo não sei do quê, para taxa dos recursos hídricos, a taxa sobre o não sei quê, esse dinheiro tem que voltar aos sistemas que tratam bem a água.

Como é que se pode reduzir ainda a tarifa? Reduzindo os fins de gestão, e agora respondo aos Srs. Membros da Assembleia do PSD/CDS-PP. Os senhores, de facto, não votam a favor por uma questão de disciplina partidária e porque foi o vosso governo que entornou este caldo todo e então custa-vos que alguém tenha a coragem, e o bom senso, de desfazer a asneira que foi feita. Mas quero dizer-vos que quando dizem que poupa-se em Conselhos de Administração, não poupam nada na estrutura de funcionamento central.

Olhe, eu gostava que o senhor tivesse ido à Guarda para ver as instalações e o investimento que foi feito naquelas instalações. Quando chegámos lá ficamos assim: bolas, muito bem! Nos outros sítios para reunir, olhe na SIMARSUL para não pagarem salas em hotéis para fazerem assembleias venham reunir à Quinta de São Paulo da Associação de Municípios que não gastam dinheiro e era assim que funcionava nos últimos anos mas lá vimos investimentos, vimos edifícios com custos de funcionamento, Claro e depois dizem que os fees de gestão, já agora vou explicar o que é são os custos do funcionamento da estrutura de gestão. Então como é que me diz que se poupa se os fees de gestão aumentam? Há aqui qualquer coisa, ou seja os fins de gestão depois são metidos na tarifa, temos aqui uma estrutura que custa xis e também vai uma percentagem à tarifa.

Bom, o que vos quero dizer e o que interessa sobretudo é a repercussão que isto tem no nosso território. Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, de facto, aquelas zonas que gostaríamos que já estivessem ligadas não pode estabelecer esse paralelo e até lhe vou dizer, ao contrário do que a senhora pensa, nessa altura da SIMARSUL trabalhou-se, fez-se estudos, previu-se esse investimento e foi por estar previsto esse investimento que o Município colocou no seu plano de investimentos a rede em baixa, não foi o Município que inventou vou fazer a rede em baixa e depois eles são obrigados a ligar, oh pá quem me dera. Ainda hoje Brejos do Assa não está ligado. Olhe a atual estrutura das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, depois de nós termos dito já mais do que uma vez que se não conseguem tratar dos assuntos com a EDP coloquem o gerador a funcionar nas estações elevatórias dizem que não podem pôr o gerador porque têm que andar sempre a transportar gasóleo e ter os carros licenciados para o efeito. Enfim, andam com desculpas desta natureza quando a população de Brejos do Assa já podia estar ligada com um gerador, enquanto eles que dizem que tinham o assunto todo tratado com a EDP afinal, à data de sexta-feira passada, ainda não tinham pago à EDP uma obra que na melhor das hipóteses, que é o tal PT das Passadeiras, só estará pronto em maio. Opções de gestão desta natureza que não têm em consideração a vontade do Município e das pessoas, e que é possível fazer de outra forma, e fazer mais rapidamente, e servir as populações e começarem a faturar, é que o sistema começa logo a faturar, percebe, pagavam logo rapidamente a obra do

PT, mas pronto. Afinal estava enganada, porque se não se fez foi porque, efetivamente, passou a haver dificuldades na empresa, até para haver investimentos, e volto a dizer essas dificuldades decorrem do facto de Setúbal não estar no sistema. A senhora já viu quantas pessoas contribuiriam para o sistema no concelho de Setúbal? Certamente as nossas tarifas equilibravam e o investimento era suportado com esses pagamentos.

Creio que de uma maneira geral são conhecidas as virtudes deste passo e nos próximos anos, obviamente, vamos ter possibilidade de intervir naquilo que consideramos prioritário nos investimentos para o concelho de Palmela.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos então votar."

Submetida a proposta do ponto número um a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezasseis da CDU, seis do PS e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

Submetida a proposta do ponto número um a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezasseis da CDU, seis do PS e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, o ponto número três se quiser introduzir."

PONTO TRÊS – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação. Requerente: Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela. Processo n.º E-513/92. Local: Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se do reconhecimento do relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação, o requerente é a nossa Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela.

Como é sabido a associação tem em vista obras significativas de requalificação do seu quartel, o processo há muito que tem vindo a ser bem trabalhado com os serviços municipais e foi candidatado, também, a um programa específico, POSEUR, para o efeito e sabemos, não ainda por escrito, que as coisas estão garantidas. Em todo o caso importa, desde já, salvaguardar para além do financiamento que parece estar assegurado por parte do POSEUR e o restante por parte do Município, como também já foi aprovado em reunião de Câmara, possamos também prescindir das taxas isentando a associação pelo relevante interesse público que tem na área do nosso concelho."

O **Sr. Carlos Caçoete da CDU** ausentou-se da sala pelas vinte e uma horas e vinte e seis minutos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra pelo PS, Sr. Membro Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Nós acreditamos, e temos a certeza mais do que absoluta, que os Bombeiros são organizações absolutamente fulcrais em todas as comunidades, e a nossa comunidade do concelho de Palmela não é exceção. Acreditamos que o serviço público prestado em regime de voluntariado por estes cidadãos e cidadãs deve ser valorizado, e deve ser valorizado não apenas em maio, e prova disso é que estamos aqui em dezembro a aprovar um apoio que é justo, sobretudo, é essa a palavra que usaria para definir este apoio justo e nesse sentido acho que é importante, também, fazermos uma valorização humana dos bombeiros do concelho de Palmela aproveitando para deixar uma palavra de solidariedade, e de apreço, por todas e todos esses bombeiros do concelho e informamos que iremos, logicamente, votar favoravelmente esta proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada.

Mais alguma intervenção, Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Parafraseando aqui o meu colega do PS, cremos que esta isenção está contemplada no Regulamento e aqui é para considerarmos de relevante interesse público e penso que todos, por unanimidade, concordamos que os Bombeiros de Palmela, e também os do concelho, prestam um serviço e as suas instalações também são de relevante interesse público e não temos dúvidas sobre isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Então vamos votar. Aproveito para informar que o Primeiro Secretário Carlos Caçoete não vota enquanto membro dos órgãos sociais dos Bombeiros pelo que se encontra ausente."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor (quinze da CDU, seis do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

O **Sr. Carlos Caçoete da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas e trinta minutos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminámos a nossa curta Assembleia e gostaria de recordar aos Srs. Membros da Assembleia, e foi uma nota dos nossos serviços, que ficaram de enviar algumas correções de atas e moções pedia que as entregassem para podermos concretizar as alterações às atas e documentos que já votámos.

E agora sim, julgo que é a oportunidade adequada para desejarmos a todos os votos de bom Natal a todos.

É sobre isso? Quer intervir?

Pronto, então como é suposto ser eu a encerrar a Assembleia dou-lhe a palavra para desejar bom Natal a todos."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"É simplesmente para desejar um bom Natal a todas e a todos os Membros desta Assembleia, aos membros do público e ao executivo da Câmara. Um bom Natal e Festas Felizes."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Em nome da Assembleia dirigimos igualmente a todos os presentes, agradecemos a presença dos órgãos de comunicação social local que sempre nos acompanharam ao longo do ano mais uma vez. Desejamos Boas Festas, bom Natal a todos e sobretudo que o ano de dois mil e dezassete contribua para a resolução de muitos dos problemas das nossas populações.

Muito obrigada, Boas Festas."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e um minutos, da qual se lavrou a presente ata, que eu **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos quinze de dezembro de dois mil e dezasseis.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete